

ano 30 – n. 117 | janeiro/março – 2022
Belo Horizonte | p. 1-368 | ISSN 0100-2589
R. Bras. Dir. Proc. – RBDPro

**Revista Brasileira de
DIREITO PROCESSUAL**

RBDPro

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

ARTIGOS

O paradoxo do direito de influir e de não surpresa na trama decisória do CPC brasileiro

Rosemiro Pereira Leal	15
1 Introdução.....	15
2 O direito de influir e de não surpresa.....	16
3 Enigmas e sua decifração.....	18
4 A encriptação e a dogmática analítica.....	23
5 A <i>ratio decidendum</i> no dogmatismo jurídico.....	24
6 Republicanismo e a judicialização autoritária e robótica do direito.....	26
7 Considerações finais.....	28
Referências.....	28

The cost of access to justice revisited– the “age of austerity” in Brazilian civil procedure five years later. Winds of change?

Antonio Gidi, Hermes Zaneti Jr.	31
1 Efficiency and legal certainty versus austerity	32
2 Austerity and reduction of costs versus effectiveness and legal certainty.....	36
3 The main public institutions that provide access to justice in Brazil (public prosecutors and public defenders) and the cost of litigating in Brazil.....	39
4 No tradition of empirical research in Brazil and new trends: the National Council of Justice (CNJ) and the performance evaluation of the judiciary (ADJ)	45
5 Efficiency and legal certainty versus cost: main aspects of the solution of the “crisis” of the Judiciary and an important political initiative	51
6 The peculiarities of the Brazilian Justice System: American Constitutional Structure versus European Infra-Constitutional Rules.....	55
7 Lawyer representation and free justice.....	59
8 The available simplified proceedings: small-claims courts, monitory action, in limine judgment, & reduced involvement of courts in family law and wills.....	62
9 “Age of Austerity” in Brazilian Civil Justice? A needed balance	68
References.....	70

¿Es un mal menor el recurso ordinario de apelación en los sistemas orales?

A propósito de la reforma procesal civil chilena y la función protagonista del juez de primer grado

Diego Palomo Vélez, Solange Cifuentes Padilla	75
1 Introducción.....	75
2 Proyecto de reforma procesal civil. Lineamientos generales.....	77
2.1 ¿Qué busca el legislador con instaurar esta reforma?	77
2.2 Las reglas técnicas procesales disfrazadas de principios que inspiran la reforma procesal civil	79
3 La función principal del juez y el romanticismo de la intermediación judicial.....	82

3.1	El juez es el protagonista.....	82
3.2	Las sombras de la intermediación.....	83
4	Sistema recursivo en la reforma procesal civil: el recurso de apelación. Discusión de compatibilidad con el procedimiento oral y la intermediación judicial.....	85
5	Derecho al recurso en el proceso civil.....	88
5.1	El derecho a recurrir en juicios civiles no es un derecho reconocido por los tratados en materia de derechos humanos	88
5.2	El derecho a recurrir en juicios civiles es un derecho reconocido por la Constitución Política de la República y los tratados internacionales ratificados por Chile.....	90
6	Experiencia en tribunales de familia con la apelación en relación con la intermediación judicial y la segunda instancia.....	92
6.1	La apuesta de la ley que crea los tribunales de familia	92
6.2	Jurisprudencia en materias de conocimientos por los tribunales de familia.....	93
7	Conclusiones.....	97
8	Postura de los autores	98
	Bibliografía	99

A recorribilidade das interlocutórias no sistema processual civil: do Tema nº 988/STJ às múltiplas situações concretas

José Henrique Mouta Araújo	103	
1	Introdução.....	103
2	A intenção do CPC/15 quanto à recorribilidade das interlocutórias proferidas na fase cognitiva e as consequências processuais	103
3	A interpretação do Superior Tribunal de Justiça em relação ao rol do art. 1.015 do CPC: do taxativo mitigado às situações variadas	107
3.1	(In)cabimento de mandado de segurança e o Tema nº 988/STJ.....	107
3.2	Recorribilidade das interlocutórias em situações diferenciadas	110
4	Conclusão.....	115
	Referências	117

Tecnologia e resolução de conflitos em tempos de COVID-19: a realidade do trabalho remoto e seu impacto nos serviços judiciários

Alexandra Carolina Botelho, Ianna Menezes Cabanelas, Vicente de Paula Maciel Júnior ...	119	
1	Introdução.....	120
2	A evolução tecnológica e suas repercussões nas formas de trabalho, relações sociais e prestação jurisdicional em tempos de pandemia	120
3	Os limites e alcances da virtualidade no Judiciário: resultados do teletrabalho em tempos de pandemia	127
4	Como assegurar um processo democrático diante da implementação das novas tecnologias no Judiciário brasileiro?	131
5	Considerações finais	135
	Referências.....	136

Diálogo processual intersubjetivo pós-Código de Processo Civil de 2015: a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça caminha no sentido de garanti-lo ou limitá-lo?

Alexandre Moura Alves de Paula Filho, Lúcio Grassi de Gouveia	139	
	Introdução.....	140
1	Normas fundamentais do diálogo processual intersubjetivo na transição CPC/73-CPC/15, passando pela promulgação da CF/88	141

2	Normas fundamentais processuais do CPC/15: o prestígio ao contraditório e ao dever de fundamentação das decisões judiciais como ferramenta de diálogo processual intersubjetivo.....	142
3	Livre convencimento motivado e dever de fundamentação das decisões judiciais: necessidade de revisão de poderes e funções judiciais para concretizar um diálogo verdadeiramente intersubjetivo.....	147
4	A aplicação das normas de diálogo processual intersubjetivo e a interpretação do Superior Tribunal de Justiça.....	152
	Conclusões.....	156
	Referências.....	157

Para o “bem” ou para o “mal”, uma (re)leitura kelseniana dos arts. 926 e 976 do CPC

Antonio Carlos Sirqueira Rocha	159	
1	Introdução.....	159
2	Objetivos: desmistificação (filosofia) e mundo real (instituto processual).....	161
3	Por que Kelsen? Uma interpretação possível.....	162
4	O que a doutrina diz?.....	163
4.1	Coerência e integridade: art. 926 do CPC.....	164
4.2	IRDR.....	167
5	Como os tribunais pensam? Uma visão conjunta dos institutos.....	169
6	Síntese preliminar: doutrina <i>versus</i> jurisprudência.....	173
7	Estruturas kelsenianas ou aquilo que fica: moldura normativa e técnica.....	175
8	Conclusões.....	179
	Referência.....	182

A desjudicialização da execução civil no processo português

Carolina Azevedo Assis	185	
1	Introdução.....	185
2	Os motivos das reformas do sistema executivo português.....	187
3	Análise das reformas legislativas no processo executivo português desde 2003....	190
3.1	Decreto-Lei nº 38/2003.....	190
3.2	Decreto-Lei nº 226/2008.....	194
3.3	Lei nº 41/2013.....	198
4	Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo (PEPEX).....	205
5	Conclusão.....	210
	Referências.....	210

A desconsideração da personalidade jurídica após a Lei da Liberdade Econômica – uma efetiva evolução?

Elcio Nacur Rezende, Bruno Alvim Horta Carneiro	213	
1	Introdução.....	213
2	A desconsideração da personalidade jurídica.....	215
3	Lei da Liberdade Econômica.....	219
4	Alterações promovidas no Código Civil relacionadas à desconsideração da personalidade jurídica.....	221
4.1	Inclusão do art. 49-A.....	222
4.2	Alteração do <i>caput</i> do art. 50.....	222
4.3	As principais alterações ocorridas pela inclusão dos parágrafos no art. 50.....	224
5	Conclusão.....	228
	Referências.....	229

Precedentes judiciais e decisões vinculantes: a necessidade da adoção de uma visão interpretativa dos precedentes pelo Supremo Tribunal Federal

Kamila Maria Strapasson	231
1 Introdução	231
2 A distinção entre precedentes judiciais e decisões vinculantes	236
3 <i>Rule-based model x reason-based model</i> : a necessidade de adoção de uma visão interpretativa dos precedentes judiciais pelo STF	243
4 Conclusão	251
Referências	252

A oitiva de testemunhas em audiências telepresenciais sob a ótica do sistema de direitos fundamentais processuais no âmbito da justiça civil

Luis Alberto Reichelt	255
1 Introdução	255
2 Exposição das linhas gerais da sistemática de oitiva de testemunhas em sede de audiências telepresenciais segundo a Resolução CNJ nº 354/2020	256
3 A oitiva de testemunhas mediante a realização de audiências telepresenciais no âmbito do direito processual civil e o direito fundamental à publicidade dos atos processuais	258
4 As exigências de incomunicabilidade de testemunhas e de proibição de consulta a escritos em audiências telepresenciais no âmbito do direito processual civil sob a ótica dos direitos fundamentais processuais	261
5 A existência de obstáculos de natureza técnica no contexto da oitiva de testemunhas mediante a realização de audiências telepresenciais no âmbito do direito processual civil sob a ótica dos direitos fundamentais processuais	266
6 A título de conclusão	267
Referências	269

Amplitude eficaz dos provimentos coletivos e tutela adequada dos direitos transindividuais e individuais homogêneos: consequências do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.101.937

Marcos Nassar, Sandro Marcos Godoy	273
1 Introdução	274
2 Julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.101.937	274
3 Ampla alcance eficaz do provimento coletivo: decorrência das características dos direitos transindividuais e individuais homogêneos	277
4 Tentativa de contenção dos efeitos do provimento coletivo pela alteração legislativa de 1997	280
5 Acomodação do art. 16 da LACP no microsistema de tutela coletiva e solução adotada pelo STF: novo problema a enfrentar	284
6 Conclusão	290
Referências	291

A teoria da imprevisão aplicada aos negócios jurídicos processuais

Rodrigo Augusto Amaral, Rafael Fontana	293
1 Introdução	293
2 Dos negócios jurídicos processuais	295
2.1 Dos requisitos dos negócios jurídicos processuais	298
3 Do descumprimento dos negócios jurídicos processuais	300
4 Da teoria da imprevisão aplicada aos negócios processuais	305
5 Conclusão	311
Referências	311

O efeito translativo nos recursos excepcionais à luz do Código de Processo Civil de 2015

Thiago Luiz da Costa	313
Introdução	313
1 Os recursos de natureza extraordinária	314
2 Entendimentos na vigência do CPC/73 sobre a (in)existência do efeito translativo nos recursos excepcionais	319
3 A (in)exigência de estarem as questões de ordem pública prequestionadas diante do CPC/15	320
3.1 O reconhecimento das questões de ordem pública segundo o art. 485, §3º, do nCPC	321
3.2 As consequências da admissão dos recursos extraordinários de acordo com o art. 1.034	322
Conclusão	331
Referências	334

NOTAS E COMENTÁRIOS

Inconstitucionalidade do §2º do art. 7º e §2º do art. 22 da Lei do Mandado de Segurança proclamada pelo Supremo Tribunal Federal

J. E. Carreira Alvim	339
1 Introdução	340
2 Proibição de concessão de medidas liminares	340
3 Reflexos da decisão do STF na ADI nº 4.296-DF na legislação infraconstitucional	341
3.1 Vedação de concessão de liminares em tutelas de urgência por leis extravagantes	342
3.2 Compensação de créditos tributários	343
3.3 Entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior	345
3.4 Reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou concessão de aumento, ou extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza	346
4 Execução (cumprimento) provisória da sentença mandamental	347
5 Equívoco dos antigos processualistas no tocante às restrições à concessão de medidas liminares	347
6 Restrições de liminares e o elemento conatural do sistema de tutela jurídica	348
7 Fundamentos metajurídicos dos elementos conaturais do sistema de tutela jurídica	349
8 Contracautela na concessão de medidas liminares	350
9 Liminar condicionada à manifestação prévia da pessoa jurídica pública	350
10 Novo posicionamento do STF sobre o tema	352
11 Conclusão	353

O repagamento de despesas processuais por atos *adiados* ou *repetidos*: duas questões

Lúcio Delfino	355
Política Editorial	361
Instruções para os autores	363
Editorial Policy	365
Information for authors	367